



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronáuticos e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No semestre, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 113 milhões, correspondendo a R\$ 4.807,76 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.498,80 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 6,68% sobre o Patrimônio Líquido. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos. A Instituição possui participação societária nas empresas Aquarius Holdings Ltda. e Serel Participações em Imóveis S.A.

Em 30 de junho de 2019, o total de Ativos somava R\$ 35.708 milhões, destacando-se R\$ 30.982 milhões em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 2.344 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. O total de captações estava representado

por R\$ 21.146 milhões de Depósitos Interfinanceiros e R\$ 9.174 milhões de Debêntures e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado das operações de arrendamento mercantil representava R\$ 1.378 milhões. A Instituição possui 5.685.170.539 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 128.320 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança.

Osasco, SP, 24 de julho de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2019	2018	
ATIVO			2019
CIRCULANTE	31.036.634	30.355.511	21.704.965
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	3.358	2.553	15.092.864
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	30.981.848	30.204.972	21.455.667
Carteira Própria	30.936.458	30.162.304	21.145.667
Vinculados à Prestação de Garantias	45.390	42.668	1.931
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1	-	10.582
Transferências Internas de Recursos	1	-	557.367
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(23.925)	(13.048)	21.250
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	800.801	803.825	43.081
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	(766.583)	(774.509)	493.036
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público	(58.143)	(42.364)	-
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	48.727	151.372	-
OUTROS CRÉDITOS	48.727	151.372	-
Diversos (Nota 8)	26.625	6.662	-
OUTROS VALORES E BENS	44.360	51.899	-
Outros Valores e Bens	(18.948)	(45.274)	-
(Provisões para Desvalorizações)	1.213	37	-
Despesas Antecipadas	-	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	916.138	1.006.255	10.552.966
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	1.258	1.183	9.173.576
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.258	1.183	9.173.576
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(89.147)	(45.422)	683
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	1.215.978	1.049.426	683
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	(1.215.937)	(1.049.323)	2.409
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	(89.185)	(45.525)	2.409
OUTROS CRÉDITOS	1.004.018	1.050.460	1.378.707
Diversos (Nota 8)	1.004.018	1.050.460	26.930
OUTROS VALORES E BENS	9	34	305.920
Despesas Antecipadas	9	34	1.045.857
PERMANENTE	3.754.999	3.477.142	3.449.840
INVESTIMENTOS (Nota 9)	64.242	62.640	3.391.858
No País	57.797	55.825	2.312.267
Outros Investimentos	15.963	28.394	2.127.267
(Provisões para Perdas)	(9.518)	(19.579)	1.137.573
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.721	2.728	-
Imóveis de Uso	11.118	25.056	-
Reavaliações de Imóveis de Uso	(13.339)	-	-
(Depreciações Acumuladas)	(22.336)	(22.328)	-
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 7)	3.688.036	3.411.774	-
Bens Arrendados	5.397.329	5.629.518	-
(Depreciações Acumuladas)	(1.709.293)	(2.217.744)	-
TOTAL	35.707.771	34.838.908	35.707.771

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil	
	2019	2018	
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.656.090	1.701.725	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:
Operações de Crédito (Nota 7)	42.426	19.140	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7k)	606.445	710.248	Ajuste ao Lucro Líquido antes dos Impostos
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	1.007.219	972.337	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
DESPESA DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(1.520.772)	(1.531.473)	Depreciação e Amortização
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	(1.006.155)	(972.060)	Provisões (Reversões) Cíveis e Fiscais
Operações de Empréstimos e Repasses	(73)	(190)	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7k)	(491.750)	(608.623)	Insuficiência de Depreciação
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(22.794)	49.400	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	135.318	170.252	Outros
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	5.875	(11.037)	Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(10.076)	(8.941)	(Aumento/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Despesas Tributárias (Nota 18)	(21.806)	(21.748)	(Aumento/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 9a)	860	1.014	(Aumento/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	41.933	31.052	(Aumento/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(5.036)	(12.414)	(Aumento/Redução em Imobilizado de Arrendamento
RESULTADO OPERACIONAL	141.193	159.215	(Aumento/Redução em Depósitos Interfinanceiros
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	(7.292)	(12.024)	(Aumento/Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	133.901	147.191	(Aumento/Redução) em Outros Obrigações
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 23)	(20.510)	(7.802)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos
Imposto de Renda	(16.656)	9.136	Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais
Contribuição Social	(10.447)	(1.868)	Dividendos Recebidos
Ativo Fiscal Diferido	6.593	(15.070)	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos
LUCRO LÍQUIDO	113.391	139.389	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:
Número de ações (Nota 16)	23.585	23.585	Dividendos Recebidos
Lucro por lote de mil ações em R\$	4.807,76	5.910,07	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	
		Legal	Estatutárias	Coligadas	Acumulados
Saldos em 31.12.2017	2.312.267	269.881	801.329	(5)	- 3.383.472
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(3)	(3)
Lucro Líquido	-	6.970	1.419	-	139.389
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	(8.389)
- Dividendos	-	-	-	-	(131.000)
Saldos em 30.6.2018	2.312.267	276.851	802.748	(8)	- 3.363.378
Saldos em 31.12.2018	2.312.267	276.676	774.435	-	- 3.363.378
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	113.391
Destinações: - Reservas	-	5.670	80.792	-	(86.422)
- Dividendos	-	-	-	-	(26.929)
Saldos em 31.6.2019	2.312.267	282.346	855.227	-	- 3.449.840

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor.
É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e a gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco Leasing evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.
As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de julho de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.
b) Ajuste do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento.
As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor do resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial.
As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.
e) Títulos e valores mobiliários - Classificação
• **Títulos para negociação** - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• **Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva liquidação;
• **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponíveis para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.
f) Operações de arrendamento mercantil
A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:
I - Arrendamentos a receber
Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)
Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às cortes refinancadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.
III - Imobilizado de arrendamento
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.
IV - Perdas em arrendamentos
Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7).
V - Superveniência (insuficiência) de depreciação
Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumários nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que con-

cerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.
A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)

		Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias		B
• de 31 a 60 dias		C
• de 61 a 90 dias		D
• de 91 a 120 dias		E
• de 121 a 150 dias		F
• de 151 a 180 dias		G
• superior a 180 dias		H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrued*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas, após o 60º dia, só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.
As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.
As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.
A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.
As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação e receitas das operações de arrendamento mercantil, bem como a composição das despesas e das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na Nota 7.
g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.189/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 23.

h) Investimentos
Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
A composição das empresas coligadas e controladas está apresentada na Nota 9.

continua...

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentados na Nota 10.

J) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perdessem valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses estão apresentados nas Notas 12 e 13.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 14.

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata die*).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 24.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional	3.358	5.553
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.358	5.553

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Acima de 360 dias	2019	2018
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.258	1.258	1.183
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.258	1.258	1.183
Total em 2019	1.258	1.258	1.183
%	100,0	100,0	100,0
Total em 2018	1.183	1.183	1.183
%	100,0	100,0	100,0

b) Recintas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Rendas de aplicações em operações compromissadas	-	12.985
- Posição bancada	-	12.985
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	37	528
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	37	528
Total (Nota 6c)	37	13.513

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Carteira própria	30.936.458	30.162.304
Cotas de fundos de investimentos	30.936.458	30.162.304
Vinculados à prestação de garantias	45.390	42.668
Letras financeiras do tesouro	45.390	42.668
Total	30.981.848	30.204.972

b) Classificação por categoria e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil						
	2019	2018	Valor de mercado/ contábil (2)		Valor de custo atualizado		Marcação a mercado
Títulos (1)							
Títulos para negociação (3)	30.804.090	177.758	30.981.848	30.981.848	30.204.972	-	(3)
Letras do tesouro nacional	23.333.102	-	23.333.102	23.333.102	25.774.945	-	-
Notas do tesouro nacional	6.468.586	-	6.468.586	6.468.586	2.970.595	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	175.680	175.680	175.680	425.757	-	(3)
Cotas de fundos (4)	1.002.402	-	1.002.402	1.002.402	1.032.148	-	-
Debêntures	-	2.078	2.078	2.078	1.527	-	-
Total em 2019	30.804.090	177.758	30.981.848	30.981.848	30.204.972	-	(3)
Total em 2018	-	-	-	-	-	-	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No encerramento do semestre a Bradesco Leasing possuía R\$ 30.936.458 mil (2018 - R\$ 30.162.304 mil), aplicados em fundos exclusivos da Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) Aplicações em cotas do Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andromeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

d) Modalidades e níveis de risco

	Nível de Risco										Total em 2019		Total em 2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	348.040	569.072	1.230.542	21.017	14.474	3.855	5.345	86.976	64.968	2.344.289		2.344.289		
Total em 2019	348.040	569.072	1.230.542	21.017	14.474	3.855	5.345	86.976	64.968	2.344.289		2.344.289		
%	14,8	24,3	52,5	0,9	0,6	0,2	0,2	3,7	2,8	100,0		100,0		
Total em 2018	278.522	344.168	1.185.843	44.315	13.371	26.716	9.525	2.516	54.963	1.959.939		1.959.939		
%	14,2	17,6	60,5	2,3	0,7	1,4	0,5	0,1	2,8	100,0		100,0		

e) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

I) Níveis de Risco

	Níveis de Risco										Total em 2019		Total em 2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	% (1)	Total	% (1)	
Operações em curso normal (3)														
Parcelas vencidas	-	-	87	16.047	1.433	1.375	2.772	54.706	9.947	86.367	100,0	50.263	100,0	
1 a 30	-	-	13	659	133	119	606	1.731	867	4.128	4,8	2.549	5,1	
31 a 60	-	-	13	654	122	175	370	815	3.774	4,4	2.392	4,8		
61 a 90	-	-	9	649	119	109	299	1.678	811	3.674	4,3	2.263	4,5	
91 a 180	-	-	24	1.902	300	280	508	3.445	2.120	8.579	9,9	6.393	12,7	
181 a 360	-	-	28	3.342	402	432	810	9.119	1.324	15.457	17,9	12.067	24,0	
Acima de 360	-	-	-	8.841	357	338	179	37.030	4.010	50.755	58,8	24.598	48,9	
Parcelas vencidas (2)	-	-	10	1.451	285	432	2.398	5.723	8.009	18.308	100,0	13.566	100,0	
1 a 14	-	-	348	1.880	8	99	378	1.751	685	3.090	0,1	1.338	9,9	
15 a 30	-	-	10	512	81	34	323	12	227	1.199	6,5	1.372	10,1	
31 a 60	-	-	-	845	87	110	713	1.905	884	4.544	24,8	2.338	17,2	
61 a 90	-	-	-	-	65	125	727	291	863	2.071	11,3	1.720	12,7	
91 a 180	-	-	-	-	-	61	257	1.320	2.230	3.868	21,1	3.798	28,0	
181 a 360	-	-	-	-	-	3	444	3.078	3.525	19,4	2.887	21,4		
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	42	42	0,2	103	0,8		
Subtotal	-	-	97	17.498	1.718	1.807	5.170	60.429	17.956	104.675	4,5	63.829	46,4	
Provisão específica	-	-	1	525	172	541	2.585	42.300	17.958	64.082		45.279		

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;
(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e
(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

	Níveis de Risco										Em 30.6.2019		Em 31.12.2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	% (1)	Total	% (1)	
Parcelas vencidas	347.314	568.725	1.228.565	3.513	12.748	2.039	172	26.543	46.906	2.236.524	100,0	1.869.476	100,0	
1 a 30	17.593	20.112	50.759	238	190	183	5	1.644	562	91.286	4,1	89.552	4,8	
31 a 60	16.679	19.758	46.559	157	153	175	5	1.620	360	85.468	3,8	84.835	4,5	
61 a 90	15.977	13.627	45.513	120	151	172	5	1.597	312	77.474	3,5	82.088	4,4	
91 a 180	44.610	40.923	132.127	365	1.020	337	15	4.658	2.780	226.835	10,1	217.066	11,6	
181 a 360	79.318	77.239	231.655	681	2.405	383	29	7.173	1.726	400.609	17,9	354.520	19,0	
Acima de 360	173.137	397.065	721.952	1.952	8.829	789	113	9.851	41.166	1.354.854	60,5	1.041.415	55,7	
Vencidas até 14 dias	726	348	1.880	8	8	9	4	106	3.090	0,1	0,1	0,1		
Subtotal	348.040	569.072	1.230.445	3.519	12.756	2.048	175	26.547	47.012	2.239.613	100,0	1.869.476	100,0	
Provisão genérica	-	2.845	12.305	106	1.276	615	87	18.583	47.010	82.826		62.996		
Total geral em 30.6.2019	348.040	569.072	1.230.542	21.017	14.474	3.855	5.345	86.976	64.965	2.344.289		2.344.289		
Provisão existente	-	3.154	12.337	665	1.460	1.183	2.672	60.892	64.968	147.331		147.331		
Provisão mínima requerida	-	2.845	12.305	631	1.448	1.156	2.672	60.883	64.968	146.908		146.908		
Provisão excedente	-	309	32	94	12	27	9	9	423					
Total geral em 31.12.2018	301.443	299.554	1.204.405	25.664	15.432	58.661	28.526	12.629	69.420	2.015.734		2.015.734		
Provisão existente	378	1.558	12.113	781	1.546	17.605	14.271	8.840	69.420					



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

g) Setor de atividade econômica

	2019		2018	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Setor privado	2.344.289	100,0	1.959.939	100,0
Pessoa jurídica	2.250.371	96,0	1.877.339	95,8
Varejo	543.153	24,1	297.893	15,2
Serviços diversos	331.534	14,7	311.852	15,9
Atividades imobiliárias e construção	262.838	11,7	222.335	11,3
Transportes e concessão	248.306	11,0	237.648	12,1
Atacado	165.882	7,4	136.976	7,0
Energia elétrica	76.088	3,4	43.423	2,2
Química	71.091	3,2	62.496	3,2
Lazer e turismo	66.189	2,9	73.850	3,8
Automobilística	53.615	2,4	30.812	1,6
Alimentícia	51.554	2,3	69.469	3,5
Saúde	50.661	2,3	32.776	1,7
Embalagens	39.398	1,8	43.870	2,2
Holdings	36.428	1,6	24.607	1,3
Extração	23.198	1,0	29.847	1,5
Comunicação	19.148	0,9	12.776	0,7
Pecuária	16.219	0,7	12.276	0,6
Material de construção	16.202	0,7	20.315	1,0
Tecnologia da informação	16.090	0,7	12.546	0,6
Indústria geral	14.470	0,6	15.112	0,8
Siderurgia e metalurgia	14.240	0,6	18.924	1,0
Demais setores	134.277	6,0	167.036	8,5
Pessoa física	93.918	4,0	82.800	4,2
Total	2.344.289	100,0	1.959.939	100,0

h) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	Curso anual		Saldo da carteira		Total (1)	%
	Vencidas	Vencidas	Total curso anual	Curso normal		
AA	-	-	-	348.040	348.040	14,8
A	-	-	-	569.072	569.072	24,3
B	10	87	97	1.230.445	1.230.542	52,5
C	1.451	16.047	17.498	3.519	21.017	0,9
Subtotal	1.461	16.134	17.595	2.151.076	2.168.671	92,5
D	285	1.433	1.718	12.756	14.474	0,6
E	432	1.375	1.807	2.048	3.855	0,2
F	2.398	2.772	5.170	175	5.345	0,2
G	5.723	54.706	60.429	26.547	86.976	3,7
H	8.009	9.947	17.956	47.012	64.968	2,8
Subtotal	16.847	70.233	87.080	88.538	175.618	7,5
Total geral em 30.6.2019	18.308	86.367	104.675	2.239.614	2.344.289	100,0
	0,8	3,7	4,5	95,5		100,0

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

Provisão

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Mínima requerida			Total	Excedente	Total em 2019	%	Total em 2018	%	
		Específica		Total específica							
		Vencidas	Vencidas	Total específica							
A	0,5	-	1	1	2.845	309	3.154	2,1	2.011	2,3	
B	1,0	-	1	1	12.304	32	12.337	8,4	12.047	13,7	
C	3,0	44	481	525	106	631	34	665	0,5	2.690	3,1
Subtotal		44	482	526	15.255	15.781	375	16.156	11,0	16.748	19,1
D	10,0	29	143	172	1.276	12	1.460	1,0	1.497	1,7	
E	30,0	129	412	541	615	1.156	27	1.183	0,8	8.041	9,1
F	50,0	1.199	1.386	2.585	87	2.672	-	2.672	1,8	4.879	5,1
G	70,0	4.006	38.294	42.300	18.583	60.883	9	60.892	41,3	1.761	2,0
H	100,0	8.009	9.948	17.957	47.010	64.968	-	64.968	44,1	54.963	62,5
Subtotal		13.372	50.183	63.655	67.571	131.127	48	131.175	89,0	71.141	80,9
Total geral em 2019		13.417	50.865	64.282	64.891	146.908	423	147.331	100,0		
%		9,1	34,4	43,5	56,2	99,7	0,3				
Total geral em 2018		11.310	33.969	42.279	40.469	82.748	2.141			84.889	
%		12,9	38,7	51,6	46,0	97,6	2,4				100,0

i) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
- Provisão específica (1)	62.981	91.963
- Provisão genérica (2)	62.996	48.574
- Provisão excedente (3)	535	2.780
Saldo inicial em 1º de janeiro	126.512	143.317
Constituição líquida de reversões	22.794	(49.400)
Baixas por prejuízo	(1.975)	(6.028)
Saldo final em 30 de junho (Nota 7h)	147.331	87.889
- Provisão específica (1)	64.082	45.279
- Provisão genérica (2)	82.826	40.468
- Provisão excedente (3)	423	2.142

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7e)).

j) Recuperação/renegociação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	42.426	19.140
(1) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do Bacen.		
Renegociação		
Saldo inicial em 1º de janeiro	110.847	106.473
Renegociação	48.664	79.531
Recuperações	(40.794)	(92.774)
Baixas	(5.550)	(7.615)
Saldo final em 30 de junho	113.167	85.615
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	80.612	54.114
Percentual sobre a carteira de renegociação	71,2%	63,2%

9) INVESTIMENTOS

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil	Resultado de equivalência patrimonial	
		2019	2018	Ações	Cotas				2019	2018
		Aquarius Holdings Ltda. (1)	50.000	93.603	-				9.861	19,499998
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (2)	550.000	2.250.429	257	-	1,7807	43.029	39.545	38.012	766	666
Total							57.797	55.825	860	1.014

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; o intercâmbio de diretores; e
(2) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (2018 - R\$ 528 mil).

b) Outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Aplicações por incentivos fiscais	15.557	25.989
Títulos patrimoniais	3	3
Outros	403	402
Subtotal	15.963	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos	(9.518)	(19.579)
Total	6.445	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO

Imóveis de uso:	Taxa anual	Custo	Em 30 de junho - R\$ mil		
			Custo líquido de depreciação		
			2019	2018	
- Terrenos		2.714	-	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.343	(22.336)	7	14
Total em 2019		25.057	(22.336)	2.721	2.728
Total em 2018		25.056	(22.328)		2.728

11) DEPÓSITOS

a) Depósitos interfinanceiros

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Total
	2019	2018	2019	2018
Depósitos interfinanceiros	11.001.231	3.957.833	6.186.603	21.145.667
Total em 2019	11.001.231	3.957.833	6.186.603	21.145.667
%	52,0	18,7	29,3	100,0
Total em 2018	6.375.797	8.001.967		14.377.764
%	44,3	55,7		100,0

b) Despesa de captação

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
	Depósitos interfinanceiros	723.847
Debêntures (Nota 12c)	282.308	800.729
Total	1.006.155	972.060

12) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação		Remuneração	Em 30 de junho - R\$ mil	
	operação	vencimento		valor contábil	valor contábil
	2019	2018		2019	2018
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	3.356.518	6.253.929
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	2.702.358	3.961.966
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	1.233.533	2.263.544
Janeiro/2008 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	163.281	728.484
Junho/2011 (5)	4.750.000	2026	100% CDI	794.657	1.200.857
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021	100% CDI	923.229	1.170.840
Total	33.075.000			9.173.576	14.979.520

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:
(1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.000.000 mil com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2019 contempla 372.2368 (2018 - 25.583.355) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 15.991.890 mil (2018 - R\$ 11.098.038 mil).
(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.050.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2019 contempla 34.640.724 (2018 - 32.750.179) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 15.976.655 mil (2018 - R\$ 14.207.001 mil).
Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:
(3) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8.775.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2019 contempla 85.075.443 (2018 - 82.532.046) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 39.237.682 mil (2018 - R\$ 35.802.334 mil).
Sob no CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
(4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6.750.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2019 contempla 66.965.533 (2018 - 64.964.777) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 20.458.114 mil (2018 - R\$ 18.667.332 mil).
(5) Simples, 6ª emissão, duas séries, com data de emissão em 20 de junho de 2011, sendo a 1ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão até a data da incorporação (20.6.2016), a partir desta data passou para 4.750.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 100,00, com prazo de 15 anos contados da data de emissão. E a 2ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão, com prazo de 10 anos contados da data de emissão. Perfazendo, o valor total da emissão de R\$ 9.500.000 mil, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2019 contempla 4.379.378.198 (2018 - 4.154.540.065) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 9.389.908 mil (2018 - R\$ 8.378.411 mil) da 1ª série e 86.388.273 (2018 - 83.388.492) debê



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao período, está demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do período.....	113.391	139.389
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(5.670)	(6.970)
Base de cálculo.....	107.721	132.419
Dividendos propostos (1).....	26.930	-
Juros sobre o capital próprio (2).....	-	131.000
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio.....	-	(19.695)
Juros sobre o capital próprio (liquido) a pagar.....	-	111.305
Percentual em relação à base de cálculo.....	-	84,1%
Valor em Reais por ação.....	1.141,84	4.721,22

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo; e
(2) Conforme Ata de Reunião de Diretoria realizada em 26 de dezembro de 2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 21.250 mil, a ser pago em 30 de dezembro de 2019.

d) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de Ações.

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Jurídicas processuais.....	3.230	2.964
Serviços técnicos especializados.....	2.314	2.100
Despesas com seguros (1).....	1.773	-
Serviços do sistema financeiro.....	1.483	1.942
Processamento de dados.....	553	885
Outras.....	1.050	1.050
Total.....	10.076	8.941

(1) Refere-se ao diferimento anual pela contratação de seguro garantia para processos fiscais, registrado como despesa antecipada em 5 de novembro de 2018.

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2019	2018
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	16.077	16.093
Contribuição à Collins.....	4.808	4.755
Contribuição ao PIS.....	781	773
Outras.....	140	127
Total.....	21.806	21.748

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Reversões de juros (1).....	17.533	-
Variação monetária ativa.....	10.748	11.431
Atualização monetária sobre depósito vinculado.....	8.442	12.457
Rendas de outros serviços.....	1.213	1.183
Outras.....	3.997	5.981
Total.....	41.933	31.052

(1) Referem-se às reversões de juros Selic incidentes sobre IRPJ/CSLL.

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Provisões civis.....	3.085	6.800
Outras despesas financeiras.....	1.219	2.626
Provisões - outras.....	236	219
Descontos concedidos.....	496	2.290
Outras.....	230	479
Total.....	5.036	12.414

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2019	2018
Prejuízo na alienação de outros valores e bens.....	(4.238)	(4.174)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	(3.915)	(8.965)
Receita de aluguel (Nota 22a).....	861	1.115
Total.....	(7.292)	(12.024)

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil		2019	2018
	Controlador	Coligadas		
Ativos				
Disponibilidades (Nota 4).....	3.358	5.553	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5a).....	1.250	-	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	29.803.740	29.186.148	-	-
Operações de arrendamento mercantil.....	-	-	797	2.271
Passivos				
Depósitos interfinanceiros (Nota 11).....	21.145.667	14.377.764	-	-
Recursos de debêntures (Nota 12).....	9.173.576	14.979.520	-	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 16c).....	48.180	-	-	-
Total.....	35.335.473	38.563.432	797	2.271

Racalhas de intermediação financeira.....

Despesas de intermediação financeira.....

Receita de aluguel (Nota 21).....

Despesa de comunicação.....

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.
Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	133.901	147.191
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g).....	(53.560)	(66.236)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas.....	344	456
Despesas indedutíveis liquidas das receitas não tributáveis.....	(13)	(329)
Outros valores (1).....	32.719	(643)
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(20.510)	(7.802)

(1) Em 2019, inclui basicamente: (i) reversão de IR e CS sobre perdas no recebimento de operações de arrendamento mercantil no montante de R\$ 32.505 mil; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(27.103)	7.268
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no período, sobre adições temporárias.....	6.593	(22.180)
Utilização de saldo inicial de:		
Base negativa de contribuição social.....	-	(94)
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social.....	-	7.204
Total dos ativos fiscais diferidos.....	6.593	(15.070)
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(20.510)	(7.802)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 2018	Constituição	Realização	2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	133.308	11.773	(2.656)	142.425
Provisões civis.....	37.435	37	(857)	36.615
Provisões fiscais.....	14.364	488	(7.013)	7.839
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	500	162	-	662
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	5.867	4.878	(2.475)	8.279
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	-	-	(1)	-
Outros valores.....	19.329	3.297	(1.049)	21.577
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	210.804	20.644	(14.051)	217.397
Base negativa de contribuição social.....	756	-	756	-
Total dos créditos tributários (Notas 3g e 8).....	211.560	20.644	(14.051)	218.153
Obrigações fiscais diferidas.....	296.168	9.752	-	305.920
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	(84.608)	10.892	(14.051)	(87.767)

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social

	Em 30 de junho - R\$ mil		2019	Total
	Imposto de renda	Contribuição social		
2019.....	20.381	12.652	-	33.033
2020.....	28.290	16.545	-	44.835
2021.....	26.311	16.087	756	43.654
2022.....	18.633	11.180	-	29.813
2023.....	41.032	24.619	-	65.651
Após 2023.....	736	441	-	1.177
Total (Nota 8).....	135.473	81.524	756	218.153

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 30 de junho de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 206.816 mil (2018 - R\$ 241.179 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 305.920 mil (2018 - R\$ 337.963 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 230.203 mil (2018 - R\$ 221.273 mil), e atualização monetária sobre depósitos judiciais de R\$ 75.717 mil (2018 - R\$ 116.690 mil), respectivamente.

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização exerce controle corporativo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao princípio de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2019, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 6.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); e
- Resolução nº 4.636/18 - Transações com Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeriam ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2019.

DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Membros Milton Matsumoto Alexandre da Silva Glührer Josué Augusto Fancini Maurício Machado de Minas	Diretor-Presidente Octavio de Lazzari Junior	Diretores Vice-Presidentes Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli Eduardo Ramos Fabri
Vice-Presidente Carlos Alberto Rodrigues Guilherme		Diretores Gerentes Moacir Nachbar Junior Renato Eijnsman Walkiria Schirmmeister Marchetti Guilherme Muller Leal Rogério Pedro Câmara Eduardo Carlos Gomes da Silva Bruno D'Ávila Melo Boetger	Diretores Adjuntos José Ramos Rocha Neto Leandro de Miranda Araújo Antonio José da Barbara
		Diretores Leandro José Diniz Frederico William Wolf José Gomes Ferrandes	Diretor de Relações com Investidores Leandro de Miranda Araújo

Silvio José Alves
Contador - CRC 1SP202567/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente do arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou incerteza de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas nº 31 e 7b das demonstrações contábeis. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nossa relatório.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 31 e 7f, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 147.331 mil, a Instituição classifica suas operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "A" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, suas estimativas com base em estudos internos (provisões específicas e excedente). A classificação das operações de arrendamento mercantil em níveis de risco, bem como, os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto às perdas. Devido à relevância das operações de Arrendamento Mercantil e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de arrendamento mercantil, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Adicionalmente avaliamos também, com base em amostragem, se a Instituição atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 31 e 7f.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o saldo de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações da Instituição, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstrações do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028587/F

Osasco, 12 de agosto de 2019

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-1

Com o **VALOR DIGITAL**, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.

ACESSE: VALOR.COM.BR

